



TIGABI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015



TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

CONTEÚDO

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL

QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

QUADRO V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – METODO INDIRETO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Acionista e Diretores da
Tibagi Energia SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tibagi Energia SEP S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tibagi Energia SEP S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Início das atividades

Sem modificar nossa opinião, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, o início das operações da Companhia depende da Construção da Usina Hidrelétrica denominada UHE Tibagi Montante, constituída de duas Unidades Geradoras de 16.000 kW, totalizando 32.000 kW de capacidade instalada. Até o início da sua operação, a Companhia continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido por meio de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros.



Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentada para fins de comparabilidade, não foram auditadas por auditores independentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.



Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Salvador, 21 de março de 2017.


Alberto da Silveira Lima
CONTADOR
CRC-BA-9.031


SANTANA & SOUSA
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-BA-612



QUADRO I

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.024	1	Fornecedores		1	-
Impostos a recuperar	5	11	-	Impostos e Contribuições a Recolher		12	-
Seguros a Apropriar	6	285	395	Outras Obrigações a Pagar		2	-
Total dos ativos circulantes		2.320	396	Total dos passivos circulantes		15	-
NÃO CIRCULANTES				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível	7	2.927	2.927	Capital social	8	6.770	1
Total dos ativos não circulantes		2.927	2.927	Reserva de capital		-	3.328
				Prejuízos acumulados		(1.538)	(6)
				Total do patrimônio líquido		5.232	3.323
TOTAL DOS ATIVOS		5.247	3.323	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.247	3.323

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)



QUADRO II
TIBAGI ENERGIA SPE S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2016
DESPESAS			
Gerais e administrativas	9	(1.730)	(6)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(1.730)</u>	<u>(6)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	10	199	-
Despesas financeiras	10	(1)	-
Total		<u>198</u>	<u>-</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(1.532)</u>	<u>(6)</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)



QUADRO III

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.532)	(6)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(1.532)</u>	<u>(105)</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)



QUADRO IV
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2015		-	-	-	-
Integralização de Capital		1	-		1
AFAC Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			3.328		3.328
Prejuízo do Exercício				(6)	(6)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		1	3.328	(6)	3.323
AFAC Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			3.441		3.441
Integralização de capital social	8	6.769	(6.769)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(1.532)	(1.532)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		6.770	-	(1.538)	5.232

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)



QUADRO V

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(1.532)	(6)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Aumento (Redução) dos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(10)	-
Seguros a apropriar		109	(395)
Redução (aumento) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1	-
Impostos a Recolher		12	
Outras Obrigações a Pagar		2	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(1.418)</u>	<u>(401)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição Intangível			(2.927)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>-</u>	<u>(2.927)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			3.328
Integralização de capital social	11	3.441	1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>3.441</u>	<u>3.329</u>
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.023</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	4	1	-
No fim do exercício	4	2.024	1
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.023</u>	<u>1</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)



TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tibagi Energia SPE SA (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral, constituída em 10 de julho de 2015, tendo por objeto social o desenvolvimento, a construção, a operação, a manutenção, de uma Central Hidrelétrica no Rio Tibagi, Bacia Paraná, Município de Tibagi, no Estado do Paraná, bem como a geração e comercialização de energia elétrica nela gerada.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, hidráulico localizado no Rio Tibagi, Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, Sub-Bacia do Rio Paranapanema, Município de Tibagi, Estado do Paraná, nas Coordenadas Planimétricas E=5601126 m e N=7286502 m, Fuso 22S, Datum SIRGAS2000, por meio da implantação da Usina Hidrelétrica denominada UHE Tibagi Montante, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UHE.PH.PR.032923-1.01, constituída de duas Unidades Geradoras de 16.000 kW, totalizando 32.000 kW de capacidade instalada e 20.260 kW médios de garantia física de energia .A energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos artigos 12, 15 e 16, da Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995.A autorizada também implantará, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da UHE Tibagi Montante, constituído de uma Subestação Elevadora de 13,8/138 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 138 kV, com cerca de quatro quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 138 kV da Subestação Tibagi, de propriedade da Copel Distribuição S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Portaria nº 486/2015, para funcionar como UHE pelo prazo de 30 anos.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, sendo as suas atividades mantidas por meio dos aportes de recursos de seus acionistas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações CONTÁBEIS foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.



3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionados.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

No caso da Companhia compreende:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.1.2. Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados no fim de cada exercício social para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.



3.1.3. Intangível:

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e,
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

3.1.4. Passivos financeiros

Quando aplicável, estes são demonstrados ao valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

3.2. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requeressem ajustes para perda por redução do valor de recuperação.



3.3. Direitos e obrigações

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em despesas e receitas financeiras. Os direitos e as obrigações são classificados em:

a) Circulante

São os direitos e as obrigações conhecidos e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

b) Não circulante

São os direitos e as obrigações conhecidos e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

3.4. Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade editadas pelo CFC é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, ao seguinte aspecto: perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos não circulantes, a qual, apesar de refletir o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, pode eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

4. Caixa e equivalente de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	46	1
Aplicações financeiras	1.977	-
	<u>2.023</u>	<u>1</u>

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas que variam entre 95% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificadas pela Companhia como caixa e equivalentes de caixa por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.



5. Impostos a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	11	-
	<u>11</u>	<u>7</u>

6. Seguros a apropriar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante	110	109
Não Circulante	176	286
	<u>286</u>	<u>395</u>

7. Intangível

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Direito de uso - Prod. energia elétrica PCH	3.499	3.499
Serviços contratados estudos e projetos	33.914	33.914
	<u>37.413</u>	<u>37.413</u>

8. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito é de R\$ 6.770 (R\$1 em 2015) e o capital integralizado é de R\$ 6.770 (R\$ 1 em 2015), tendo seu valor assim distribuído:

No exercício de 2016, foi integralizado o montante de R\$ 3.678 (R\$1 em 2015). A Composição acionária em 2016 e 2015 era:

<u>Acionista</u>	<u>Valor integralizado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Minas PCH S.A.	-	1
Participa Empreendimentos Imobiliários S.A.	6.770	-
Total	<u>6.770</u>	<u>1</u>

Cada ação ordinária confere direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas

O estatuto social prevê que, do lucro apurado no fim de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5%, antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social.



A Companhia, enquanto em operação, distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 75% do lucro líquido ajustado nos termos da lei. A assembleia geral estabelecerá a destinação do lucro líquido remanescente.

9. Despesa por natureza

Conforme requerida pela NBC TG 26 editada pelo CFC, equivalente ao pronunciamento técnico CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis, está apresentado, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviços profissionais	1.466	-
Judiciais e Legais	2	6
Seguros	109	-
Passagens aéreas e hospedagens	120	-
Despesas Tributárias	10	-
Aluguel e condomínio	19	-
Outras	4	-
Total	<u>1.730</u>	<u>6</u>
Classificadas como		
Despesas gerais e administrativas	1.472	6
Gastos e Despesas Pré Operacionais	258	-
Total	<u>1.730</u>	<u>6</u>

10. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	199	-
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e multas	(1)	-
Resultado financeiro	<u>46</u>	<u>23</u>

11. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.



b) Gestão do risco da taxa de juros

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

c) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Devido ao fato de a Companhia ainda não ter iniciado sua operação plena, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas.

d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

e) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

12. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 21 de março de 2017, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.